

ATUALIDADE DA OBRA “O GOLPE NA EDUCAÇÃO” DE LUIZ ANTÔNIO CUNHA E MOACYR DE GÓES

Me. Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes ☎ 0000-0002-6625-7963
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dra. Ana Lúcia Oliveira Aguiar ☎ 0000-0003-3626-2427
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Me. Stenio de Brito Fernandes ☎ 0000-0001-6300-9561
Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

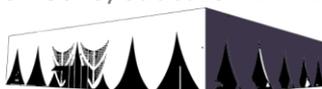
RESUMO: Neste artigo, realizamos a apresentação da obra “O golpe na educação”, publicada em 1985 por Cunha e Góes. Aborda o impacto da política educacional da Ditadura Militar no Brasil, no âmbito social e educacional. Temos como objetivo apresentar a obra, considerando a relevância dessa discussão para a História, e especialmente para a História da Educação. Os autores, revisitam tanto os movimentos educacionais de base popular nos anos 1950 e 1960, quanto as políticas educacionais do governo autoritário, entre 1964 e 1984. Metodologicamente, o estudo é de abordagem qualitativa, iniciamos situando os autores e na sequência, fazemos uma análise do conteúdo do livro. Como resultados, inferimos que o manuscrito, aponta a Ditadura Militar no Brasil como um período marcado por transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e consideravelmente, por lutas e repressão. A política educacional do governo, sinalizava no sentido da privatização da educação, cujos efeitos são sentidos até hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Educação no Brasil; Ditadura militar; História da educação.

NEWS OF THE WORK "THE BLOW IN EDUCATION" BY LUIZ ANTÔNIO CUNHA AND MOACYR DE GÓES

ABSTRACT: In this article, we presented the work “The blow to education”, published in 1985 by Cunha e Góes. It addresses the impact of the educational policy of the Military Dictatorship in Brazil, not in the social and educational sphere. We aim to present the work, considering the relevance of this discussion to History and, mainly, to the History of Education. The authors revisit both the grassroots educational movements in the 1950s and 1960s, as well as the educational policies of the authoritarian government, between 1964 and 1984. Methodologically, or a study and qualitative approach, we start by placing the authors in sequence, we make an analysis of the book content. As a result, we infer that the manuscript points to the Military Dictatorship in Brazil as a period marked by social, political, economic, cultural and educational transformations and, considerably, by struggles and repression. The government's educational policy, did not signal any sense of privatization of education, the effects of which are being felt at this moment.

KEYWORDS: Education in Brazil; Military dictatorship; History of education.



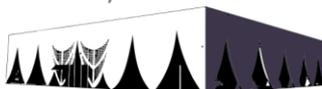
1 INTRODUÇÃO

O artigo é um recorte da tese de doutorado: A Lei nº 5.692/1971 e as ações do Estado para a formação docente no Ensino Profissionalizante, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Nele apresentamos a obra “O golpe na educação”, de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes publicada em 1985. Na obra, os autores abordam o impacto da política educacional da Ditadura Militar no Brasil, no âmbito social e educacional. Para tanto, o regime militar atingiu os movimentos sociais que reinventavam a educação brasileira. Temos como objetivo apresentar a obra, considerando a relevância dessa discussão para a História, e especialmente para a História da Educação.

Ao longo do tempo, a educação é um alvo histórico dos golpes de Estado no Brasil. Muitos dos avanços, resultado de todo o esforço da categoria, foram interrompidos pelo golpe jurídico-midiático-parlamentar, consumado em 31 de agosto de 2016, com o impedimento da então, Presidenta da República, Dilma Rousseff. A partir desse momento, um grande retrocesso expresso na Emenda 95, congelou os investimentos em educação, inviabilizando as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014. Com adesão, por parte da população a propostas obscuras, como: Escola Sem Partido, reforma do Ensino Médio, com a diminuição da obrigatoriedade das disciplinas de humanidades, e revisão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), entre outras.

Metodologicamente, o estudo é de abordagem qualitativa. Iniciamos, situando os autores, Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes, e na sequência, fazemos uma análise do conteúdo da obra, “O Golpe na Educação”, dos renomados autores, juntos, embarcam numa viagem no contexto histórico



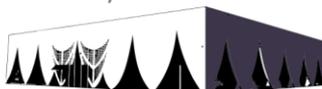
brasileiro, a partir da década de 1950 e 1960, passando por 1970, até chegar ao final de 1980.

O livro tem como foco a educação, nos meandros da Ditadura Militar, e foi escrito dentro da circunstância de redemocratização do país. E neste sentido, Minto (2013, p. 246-247), adverte: “As próprias condições criadas pela ditadura forçaram um processo de lutas sociais que almejavam a conquista de direitos fundamentais. Lutas essas travadas por forças sociais organizadas que, até certo momento do regime, haviam permanecido neutralizadas pela repressão [...]”.

Havia dois processos contraditórios de democratização em curso no Brasil dos anos finais da ditadura e da década de 1980. Nesta perspectiva, existiam as forças populares, para as quais democratização representava conquista de direitos, participação do povo nas decisões em relação aos rumos da nação. Em contrapartida, estavam as forças interessadas em manter a ordem vigente, mesmo que tivessem que aceitar a mudança de sua configuração geral, de uma ditadura formal e aberta, para um regime “de direito”, institucionalizado, mas que não permitisse uma democratização efetiva das decisões sobre os rumos do país (MINTO, 2013).

Ao considerar esse arcabouço histórico em que o livro foi escrito, “O Golpe na educação” é uma obra de referência para os trabalhos a respeito da História da Educação, em que aborda ideias de dois relevantes intelectuais brasileiros. Destacamos, ainda, que em 2021, a obra completou 36 anos de sua publicação. Assim, temos como objetivo apresentá-la, realçando a relevância dessa discussão para a História, e destacadamente para a História da Educação. Nesta linha de raciocínio, cabe a reflexão de que o passado em si não é um documento, é preciso compreender a trama histórica, os indícios e pistas envolvidos e isso só é possível, com o saber histórico e sua contextualização (LUCHESE, 2017).

Com base nisso, organizamos o artigo em duas seções que se complementam. Na primeira, intitulada “A gente quer ter voz ativa”, fazemos a



apresentação dos autores e expomos a estrutura da obra em tela. Na segunda seção, “No nosso destino mandar...” abordamos o conteúdo das duas partes do livro. Na primeira parte da obra, Moacyr de Góes versa sobre o contexto da educação nos governos de Juscelino Kubitscheck, Jânio Quadros e João Goulart, com destaque para os movimentos de cultura e Educação Popular e os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos. Na segunda parte, Luiz Antônio Cunha analisa a repressão dentro do contexto da educação e destaca o fracasso da profissionalização.

2 A GENTE QUER TER VOZ ATIVA

Escolhemos esse excerto da música Roda Viva, lançada em 1967, por Francisco Buarque de Hollanda, por ser um dos trechos destacados pelos autores, Moacyr de Góes e Luiz Antônio Cunha, na obra em análise e por estabelecer estreita relação com o que nos propomos a discutir. “A gente quer ter voz ativa/No nosso destino mandar”, nos remete à voz contida, que se cala à força. Há o desejo em querer manifestar-se, mas não conseguir.

Desse modo, a “roda viva”, esmaga, oprime a existência. Podemos dizer que retrata os ciclos históricos proporcionados pelas lutas de classe. Por isso, Ramos (2014, p. 14) afirma: “A história da educação no Brasil e a respectiva legislação são expostas e discutidas sempre à luz da dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro e frente às disputas travadas em torno do projeto societário e, assim, da própria política educacional. [...]”. Essas disputas, ficam postas na própria biografia dos autores da obra, como veremos a seguir.

Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha é um cientista social, nascido em Minas Gerais, bacharel em Sociologia (1967) e mestre em Planejamento Educacional, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (1972), sua dissertação teve como título “O Ensino Técnico industrial e a profissionalização do Ensino Médio”, orientada por Claudio de Moura Castro.



Concluiu o doutorado em Filosofia da Educação, pela PUC de São Paulo (1980). O título da tese foi, “A Universidade Crítica”, orientada por Dermeval Saviani (CIAVATTA; REIS, 2016).

Ao analisar pelo viés sociológico, o campo da educação, Cunha produziu, entre o final de 1972 e o início de 1975, um conjunto de textos que deram origem ao livro “Educação e desenvolvimento social no Brasil”. Inicialmente, faz uma exposição e crítica, da concepção ideológica da escola equalizadora, para evidenciar os condicionantes socioeconômicos da escolarização e do desempenho desigual. Desde a elaboração da dissertação de mestrado, emergiu a questão da escola dualista. Para Saviani (2013), Cunha não foi um militante sindical, mas o classifica como um intelectual militante.

Cunha foi professor-pesquisador na PUC do Rio de Janeiro, na Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atua desde 1997. Suas produções acadêmicas, versam sobre os seguintes temas: gênese e formação dos sistemas educacionais, políticas educacionais, história da Educação, Ensino Técnico e Ensino Superior. Desde 2006, a laicidade do Estado, constitui seu objeto principal de pesquisa. Conforme aponta Ciavatta e Reis (2016, p. 71-72): “[...]Em maio de 2010, passou a integrar a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação até outubro de 2011, quando apresentou sua demissão. Em agosto de 2014, recebeu o título de Professor Emérito da UFRJ, [...]”.

Enquanto Moacyr de Góes, nasceu em Natal, Rio Grande do Norte (RN), tornou-se notório por seu trabalho como Secretário de Educação, nesse município, durante o governo de Djalma Maranhão, em 1964. Formou-se em Direito na Faculdade de Recife, e foi secretário de Educação de Natal, no governo de Djalma Maranhão, em 1964. Durante os primeiros meses da Ditadura Militar, foi preso e punido como subversivo, sendo afastado dos cargos e funções

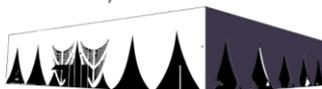


públicas. Respondeu a sete Inquérito Policial Militar (IPM). Após a Anistia, em 1979, foi aposentado como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sendo em seguida, transferido e integrado pela UFRJ, na gestão do Reitor Adolfo Polilo, vindo a falecer em março de 2009.

Djalma Maranhão foi o primeiro prefeito eleito de forma democrática em 1960. Não esperou a recuperação da estabilidade financeira, para voltar o olhar para a área educacional. Em visita ao bairro das Rocas, zona leste de Natal, Moacyr de Góes participou de um debate, sobre a erradicação do analfabetismo naquela região. Diante das alegações do secretário, de que não havia verbas para a construção de escolas municipais, devido o déficit orçamentário, legado da gestão anterior, um dos moradores opinou, que se não tinha dinheiro para construir uma escola de alvenaria, construiu uma de palha, expressando que o importante era ter uma escola. Logo em seguida, foram construídos os acampamentos, que passou a compor a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Como aponta Cavalcanti (2012, p. 46).

A partir da construção daqueles rústicos pavilhões, foi iniciada a campanha educacional que, em curto período, se expandiu para diversos bairros de Natal e, até mesmo, para cidades do interior do Estado. Técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Natal orientaram dezenas de prefeituras sobre o projeto educacional em curso, o que culminaria com a formação de uma Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte, interrompida pelo golpe de 1964.

Moacyr de Góes, após ser submetido a meses de prisão, foi exonerado da Prefeitura e do Conselho Estadual de Educação. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro, onde foi professor no Colégio São Vicente, diretor no Serviço Nacional do Comércio (SENAC), professor e sub-reitor de Extensão na UFRJ, até ser convidado pelo prefeito Saturnino Braga, para assumir a Secretaria Municipal de Educação da capital fluminense. Exerceu novamente a função de Secretário de



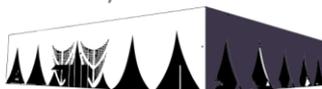
Educação de Natal, no primeiro governo da prefeita Wilma de Faria (1989-1992) (CAVALCANTI, 2012).

O livro apresentado é composto por 95 páginas, e foi publicado pela Jorge Zahar editora, há 36 anos, “O golpe na educação” é uma referência, quando se trata das políticas educacionais no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Está dividido em duas partes que se relacionam. Quanto aos capítulos, estão organizados da seguinte maneira: Moacyr de Góes - Voz ativa, aborda: I. Por dentro do contexto; II. JK - Jânio - Jango: Caminhos e descaminhos da educação nacional, III. Os movimentos de cultura/Educação popular, IV. 1964 – Os acordos MEC/USAID: em direção aos “Anos de Chumbo”, V. Luiz Antônio Cunha - Roda Viva, discute: I. “Educação” pela repressão, II. Educação: grande negócio, III. A inclusão pela base, IV. A profissionalização fracassada, V. A educação moral, cívica e física, VI. A universidade: modernizada, amordaçada e privatizada.

Isto posto, as políticas educacionais, durante o governo militar, tinham o objetivo de cristalizar uma ideia de que a sociedade estaria em processo de degeneração. Foi reforçada a concepção da educação pública, como elemento de regeneração da sociedade por isso, foi realçado o Ensino Religioso e, implementadas disciplinas com cunho nacionalista. Outra ideia disseminada, foi a concepção de que o ensino, seria um instrumento de acumulação de capital, como veremos mais adiante do texto.

3 NO NOSSO DESTINO MANDAR...

Na primeira parte da obra, Cunha e Góes (1985) discutem que no Brasil, durante os anos 1960, havia uma crise econômica, social e política. Desde a Revolução de 1930, o país procurava saídas para a ruptura da república agroexportadora, à crescente urbanização e à influência dos militares, que tinham o desejo de construir as próprias armas. O primeiro passo desse novo



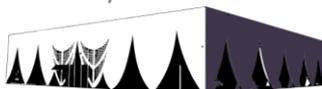
modelo, foi construído por Getúlio Vargas (1930-1945), em Volta Redonda, negociando com os americanos, o apoio do Brasil aos aliados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A partir dessa reorganização, o país se direciona para o processo de industrialização, com a incorporação de setores da classe dominante. Porém, no final dos anos 1950, esse processo parecia estar próximo de ser concluído e abrir-se-ia um mais amplo mercado interno. Sendo esse, um desafio ao governo de João Goulart (1961-1964) e ao seu programa de “Reformas de Base”.

Nesse contexto, o Brasil apresentava o seguinte cenário: o latifúndio, impenetrável às mudanças sociais, os grupos ligados à internacionalização do capital que buscavam o poder político, e a chamada “burguesia nacional”, preferia aliar-se ao capital internacional a fazer concessões à força de trabalho. Com isso, buscou-se conciliar capital e trabalho. Instalou-se o que foi denominado de “modelo de substituição das importações” que possibilitou a emergência do setor industrial como hegemônico nos anos 1960.

O movimento operário era vulnerável, pois dependia do Estado interventor de sindicatos, o campo estava no início da organização de seus trabalhadores, em Ligas Camponesas e sindicatos rurais, as camadas médias eram atravessadas pela “indústria do anticomunismo”, os intelectuais orgânicos da classe dominante, atuavam no Congresso Nacional, formavam opinião pública por intermédio dos meios de comunicação de massas, da escola, de parte das Igrejas e de algumas organizações, com o objetivo político de manutenção das estruturas, contra qualquer mudança, não considerando a discussão da luta de classes. Nesta perspectiva, Cunha e Góes (1985, p. 9), ressaltam:

Na sociedade civil, o discurso político progressista dos anos 60 remeteu, frequentemente, às figurações de “povo e anti-povo” e de “nação e anti-nação”, fluindo para a denúncia do latifúndio e do imperialismo. Não percebeu, todavia, com maior clareza, que a sociedade é dividida em classes, que a crise social existente era também interna e que só uma

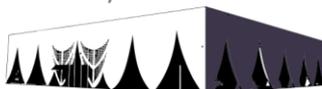


análise de apropriação/expropriação do trabalho a questão poderia ser discutida. [...] a discussão da luta de classes ficou restrita aos setores marxistas e não alcançou o palanque político dos comícios. A crise social continuou latente e latejante, sem um canal efetivo de comunicação com as massas.

No Nordeste, havia a preocupação com a tendência para a consolidação do capitalismo monopolista e à modernização da produção industrial do Centro-Sul e o avanço sobre o mercado nordestino. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Foi precedida de uma discussão sobre o perfil do novo órgão, e seus objetivos passaram a ser questionados. Diante disso, a aliança Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), voto rural e voto urbano, não resistiu aos interesses divergentes entre cidade e campo, entre grupos nacionalistas e outros ligados ao capital externo (CUNHA; GÓES, 1985).

Neste sentido, o populismo, em 1964, cedeu lugar para o Estado tecnocrático-civil-militar. A ordem era a internacionalização do capital e a proposta de modernização. E nessa crise, onde estavam os educadores? O que faziam? Qual a sua visão de mundo? Com isso, um grande número deles, começaram a visualizar o espaço externo à sala de aula, tentando entender o mundo.

Essa nova postura, se ancora às ideias de Paulo Freire, quando discutiu o tema: “Educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, vinculando analfabetismo e pauperismo. No II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que ocorreu em 1958, Paulo Freire defendeu a educação com o homem e não para o homem. E a substituição da aula expositiva, pela discussão, uso de recursos audiovisuais e havia a preocupação com as metodologias. Com a defesa da tese, “Educação e atualidade brasileira”, em 1959,

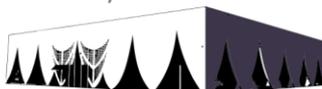


Paulo Freire afirmou, que nos anos 1960, o povo viveria o “trânsito” de uma sociedade fechada, para uma sociedade que se abria, e o cidadão passaria a pensar de maneira mais crítica (CUNHA; GÓES, 1985).

O final do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi marcado pela discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Jânio Quadros (1961), governou sete meses e assinou um convênio com a Igreja Católica, criando o Movimento de Educação de Base (MEB), o Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Com isso, Jânio renúncia, e os ministros militares tentam dar o golpe. Em 1962, com a crise institucional, o parlamentarismo assumiu duas medidas: a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, Decreto nº 51.470, e o Programa de Emergência para o Ensino Primário e Médio, Decreto nº 51552 (CUNHA; GÓES, 1985).

O debate sobre a LDB iniciou-se em 1948. O confronto na discussão, ocorreu entre os privatistas do ensino e os educadores, que defendiam a escola pública, gratuita e laica. Nos anos de 1950 e 1960, a defesa da escola pública deu continuidade ao pensamento de educadores como Anísio Teixeira, Pascoal Leme e outros. O movimento popular, abriu espaço para o pensamento renovador em educação, dele participava intelectuais com experiência em lutas políticas. Em Recife e em Natal, ocorreram movimentos que entraram em conflito com a educação conservadora, presente na cátedra universitária vitalícia. Como exemplo, Cunha e Góes (1985) citam Recife, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), em Natal, com a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler, no âmbito da Igreja Católica, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) (CUNHA; GÓES, 1985).

Nessa conjuntura, destaca-se o Centro de Cultura Dona Olegarinha, onde nasceu o Método Paulo Freire. A Metodologia do Sistema Paulo Freire, consistia em algumas etapas: levantamento do universo vocabular do grupo a ser alfabetizado, seleção das palavras geradoras desse universo, criação de situações-



problema, que fazem parte do contexto do grupo a ser alfabetizado, criação de fichas-roteiros e fichas com a decomposição das famílias fonêmicas, que correspondem às palavras geradoras.

No contexto das Reformas de Base do Governo de João Goulart, o Sistema Paulo Freire, foi uma estratégia para se elevar o número de eleitores ao corpo eleitoral, a fim de desequilibrar o poder da oligarquia em favor do movimento popular. De janeiro de 1962 até o início de 1964, a proposta freireana de alfabetização em 30 horas, ultrapassou os limites de uma experiência sem expressividade e passou a ser adotada nacional e oficialmente, como proposta do governo federal. A primeira experiência ocorreu em Angicos, no Rio Grande do Norte (RN), em que o então presidente da República, João Goulart, acompanhado do governador do Estado, Aluizio Alves, esteve presente na aula de encerramento, no dia 02 de abril de 1963 (CUNHA; GÓES, 1985).

Nesta perspectiva, outro movimento de cultura popular foi a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Natal, em fevereiro de 1961, na gestão do prefeito Djalma Maranhão. Durante sua campanha foram organizados 160 comitês, em que eram discutidas as questões numa ótica municipal-estadual-nacional-internacional. Os comitês faziam mobilização política e listavam os problemas mais urgentes da população. A prioridade era “escola para todos” e “erradicação do analfabetismo”. Com essa plataforma de governo, Djalma Maranhão saiu vitorioso nas urnas.

De Pé No Chão se transformou em vários projetos, tais como: Ensino Mútuo, os secundaristas alfabetizavam os adultos nas suas próprias residências, em pequenos grupos; Praças de Cultura, em parques infantis e quadras de esporte, em uma espécie de biblioteca, para empréstimo de livros; Centro de Formação de Professores, oferecia Cursos de Emergência, em três anos, Ginásio Normal, em quatro anos e Colégio Pedagógico, em mais três anos; Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão, em 1963, funcionavam cerca de



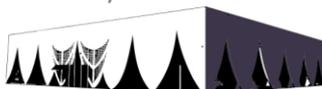
dez cursos de iniciação profissional; Interiorização da Campanha, convênio entre sete prefeituras do interior do RN em 1963; Aplicação do Método Paulo Freire, funcionamento de cinco círculos de cultura, com dez classes e Escola Brasileira Construída com Dinheiro Brasileiro, primeira ajuda financeira do governo federal, que tinha como Ministro Paulo de Tarso, em que foram construídas classes de alvenaria, somando-se aos acampamentos que continuaram funcionando (CUNHA; GÓES, 1985).

Na primeira parte dos anos 1960, com a crise sócio-político-econômica, os movimentos de cultura popular, foram influenciados por dois importantes acontecimentos de ordem nacional: a Revolução Cubana e o Concílio Vaticano II. A nova diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi eleita em 1961, integrando em “frente única”, cristãos e marxistas. Conforme Cunha e Góes (1985, p. 27, grifo dos autores).

[...] De Pé No Chão criou um espaço para a prática dessa proposta: lado a lado, sem perda de suas identidades ideológicas, comunistas e cristãos de esquerda, junto a liberais e conservadores modernos, construíram uma política de cultura popular, expressão educacional do movimento popular no Rio Grande do Norte.

Nesta linha de raciocínio, em 21 de março de 1961, Jânio Quadros institucionalizou os entendimentos com a Igreja Católica, por meio do Decreto nº 50.370 e criou-se o Movimento de Educação de Base (MEB). O principal recurso utilizado pelo MEB foi o rádio. Sua área inicial de atuação, foi a do desenvolvimento brasileiro no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e depois se expandiu para as demais regiões. Para o movimento, a conscientização fazia parte da própria educação, pois ajudava aos cidadãos, a terem consciência de si, dos outros e do mundo.

Ao passo que, na segunda parte da obra em tela, faz-se uma discussão sobre a tomada do poder no Brasil em 1964, conceituando-a como uma



articulação política, de profundas raízes internas e externas, ligada a interesses econômicos. Apresentava objetivos programados e metas estabelecidas. O Estado optou pela coerção, como estratégia para propagar a sua concepção de mundo. A “limpeza da área”, como chamada pelo IPM foi dirigida aos setores mais progressistas. O questionamento era: como controlar o sistema educacional e de que maneira divulgar a nova ideologia alinhada aos interesses do capitalismo?

O mecanismo utilizado, foi a repressão aos intelectuais comprometidos com as reformas e o Estado buscou estabelecer os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Foi criada nos Estados Unidos (EUA) após o fim da Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria. Influenciou de forma direta nas reformas educacionais ocorridas no Brasil, após o golpe de 1964. Desse modo, houve a interferência norte-americana na educação nacional, escamoteada de assistência técnica. Esse quadro, já vinha se delineando desde a Guerra Fria e ganharam forma, nos governos de Eurico Gaspar Dutra (1943-1951) e Juscelino Kubitschek (ARAPIRACA, 1979; GERMANO, 2011).

Os Acordos MEC-USAID deram conta de toda educação nacional: Ensino Primário, Médio e Superior. Articulou os diversos níveis, treinou professores e fez a veiculação de livros didáticos. Cunha e Góes (1985) apresentam a lista desses acordos organizada por Romanelli (2014), como por exemplo: 26 de junho de 1964, Acordo MEC/USAID para Aperfeiçoamento do Ensino Primário, 31 de março de 1965, Acordo MEC com o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) e USAID, para melhoria do Ensino Médio e em 29 de dezembro de 1965, o Acordo MEC/USAID para dar continuidade e suplementar com recursos e pessoal, o primeiro acordo para o Ensino Primário, entre outros.

A repressão foi a primeira medida do governo a partir de 1964, por exemplo, Anísio Teixeira, que ocupava o cargo de reitor da Universidade de Brasília, foi demitido nos primeiros dias do golpe. O Programa Nacional de

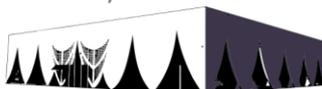


Alfabetização, que utilizava o Método Paulo Freire, foi extirpado e o Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica, especialmente no Nordeste, foi contido, o material foi apreendido, os monitores perseguidos e as verbas cortadas.

Com o golpe de 1964, ascende ao poder os privatistas da educação, com a proposta de desacelerar o crescimento da rede pública de ensino. As verbas públicas para a educação, eram destinadas às escolas particulares, que tinham a incumbência de escolarizar crianças e jovens. Só se abria escola pública, onde a iniciativa privada não tivesse interesse. A exemplo disso, Cunha e Góes (1985) citam o salário-educação, que foi uma forma de contribuição das empresas para com a escolarização de seus empregados e os filhos destes, sendo uma prática utilizada em diversos países.

Porém, foi no Ensino Superior, que a acumulação de capital no campo do ensino, se fez de maneira mais evidente. Com o aumento da procura pelo Ensino Superior nos anos 1960, ao passo que o governo federal continha o crescimento das universidades públicas e gratuitas, muitas pessoas foram levadas a procurar pelo ensino particular. O governo via com bons olhos o crescimento das escolas privadas, pois de certo modo, isso o desobrigava para com a manutenção do ensino público.

Em abril de 1964, começou o segundo ano letivo da Universidade de Brasília, com professores competentes e estudantes de todo o país, selecionados por meio de exames vestibulares. A universidade começou a desenvolver uma novidade, que era o uso de alunos da pós-graduação para auxiliar os alunos da graduação nas aulas, assim já se observava o seu desempenho, para mais tarde concorrer à candidatura de professor universitário. Não obstante, os reitores se sentiam ameaçados pelos ventos de renovação que pairavam nas universidades. Muitos a difamavam como “antro marxista” (CUNHA; GÓES, 1985).

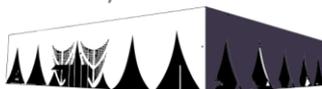


A ditadura, tinha especial preferência pelas soluções padronizadas, como se a estruturação da universidade segue a lógica de um exercício de ordem. Nesta linha de raciocínio, a política educacional, procurou fazer com que todas as universidades federais, adaptassem sua estrutura à da Universidade de Brasília, o princípio era a “não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes”. A organização de departamentos, foi a maneira encontrada para unir professores, pesquisadores, laboratórios e outros recursos de um mesmo campo do conhecimento no mesmo lugar da universidade. A fim de aumentar o rendimento dos recursos humanos da universidade, juntaram-se na mesma sala, tendo o mesmo professor, todos os estudantes da mesma disciplina, que faziam diferentes cursos. Mas, os resultados pedagógicos foram desastrosos. É o que afirmam Cunha e Góes (1985, p. 84):

Para viabilizar a transição dos estudantes pelas disciplinas dos diversos departamentos da universidade, em busca da integralização dos seus também diversos currículos, os planejadores educacionais do regime autoritário importaram da universidade norte-americana outro regime – o regime de créditos. A ideia era que os estudantes fossem colecionando os créditos correspondentes às diversas disciplinas, lançando-os em seus históricos escolares, como se fossem depósitos em uma conta bancária, até que tivessem o número exigido de créditos para se formarem.

Onde o regime de créditos foi implantado, as turmas se desorganizaram, inviabilizando a solidariedade entre os estudantes, que era a força impulsionadora do movimento estudantil. A Lei nº 5.540/1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária, determinava que todas as instituições de Ensino Superior, se adaptassem ao modelo ensaiado no sistema federal. Essa Lei extinguiu a cátedra vitalícia e a universidade como padrão desse nível de ensino. Como resultado de todo esse contexto, temos um Ensino Superior brasileiro muito heterogêneo (ROMANELLI, 2014).

Logo, com o Ato Institucional AI-5, em dezembro de 1968, a Junta Militar que ocupou a Presidência da República deixou um Decreto-lei, nº 869, que foi

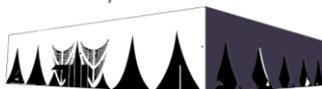


resultado de um grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que determinava a disciplina Educação Moral e Cívica, como obrigatória, devendo perpassar os currículos escolares de todos os graus e modalidades do sistema de ensino do Brasil. A disciplina, seria ministrada do curso primário ao Ensino Superior, como também na pós-graduação. No Ensino Superior ela foi nomeada de Estudos de Problemas Brasileiros.

A política educacional da ditadura, teve no Ensino Profissionalizante, uma de suas realizações mais audaciosas. Multiplicou os Ginásios Orientadores para Trabalho (GOT) e tornou o 2º ciclo do Ensino de 2º Grau, o antigo colegial, compulsoriamente profissional. Nas duas primeiras séries do antigo ginásio, prevaleciam as disciplinas de caráter geral, ao lado das disciplinas vocacionais: artes industriais ou técnicas agrícolas. E nas duas últimas séries, aumentava-se a carga horária destinada às disciplinas vocacionais (SAVIANI, 2008).

Os alunos eram livres para dedicar-se às artes industriais, às técnicas agrícolas ou comerciais, à educação para o lar, ou o aprofundamento dos estudos gerais. Essas disciplinas vocacionais, tinham o objetivo de continuar a sondagem vocacional, a fim de fundamentar a escolha de cursos profissionais ou gerais, no 2º Grau, caso continuassem os estudos, ou a iniciação profissional, facilitando o treinamento em alguma ocupação, já em serviço. No Brasil, foram construídos cerca de 600 ginásios nesse formato, para isso, contribuíram os assessores norte-americanos e os dólares da USAID, assimilados pela reforma do Ensino de 1º e 2º Graus de 1971, pela Lei nº 5.692 (CUNHA; GÓES, 1985).

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 acabou com os cursos clássico e científico, que preparavam para vestibulares, tornando o 2º ciclo do antigo 2º Grau, profissionalizante, a fim de conter a procura de vagas nos cursos superiores. Desde os anos 1940, a procura por cursos superiores vinha crescendo no Brasil. Os dirigentes do Estado temiam que se o número de formados



aumentasse muito, os egressos do 2º Grau, poderiam não encontrar empregos compatíveis com suas expectativas de ascensão social (SAVIANI, 2008).

Com a profissionalização universal e compulsória, os estudantes já sairiam do 2º Grau, com uma habilitação profissional e procurariam em seguida um trabalho, considerando que o milagre econômico prometia empregos e bons salários. Todavia, não era isso que ocorria. Os engenheiros estavam ocupando o lugar dos técnicos, não devido à falta de técnicos, mas por causa da ausência de empregos para engenheiros. Por isso, grande parte dos que concluíam os cursos técnicos industriais, acabavam indo para uma escola de engenharia na busca de um diploma, a fim de disputar, em melhores condições, os cargos que lhes eram destinados como técnicos (SAVIANI, 2008; RAMOS, 2014).

As escolas particulares, logo deram conta de conduzirem uma profissionalização do faz-de-conta, já que os alunos, estavam mesmo interessados no curso superior. Por exemplo, denominavam de “curso técnico de análises clínicas” o currículo das turmas que fariam o vestibular de medicina, “tradutor-intérprete”, para os de letras, “mecânica”, para os de engenharia. O Parecer n. 45/1972 relacionou 130 habilitações para técnicos e auxiliares técnicos. Em agosto de 1974, o número de habilitações do 2º Grau chegava a 158 (SAVIANI, 2008).

Dessa maneira, os impactos na rede pública foram enormes. As resistências contra essa política de profissionalização, ganharam força com a crise do milagre econômico, que eclodiu em fins de 1973. Entendia-se, que era inevitável, uma política econômica que viria a dividir as classes dominantes. Isso levou o governo para a abertura, na tentativa de incorporar novos segmentos à sua base social (SANFELICE, 2010).

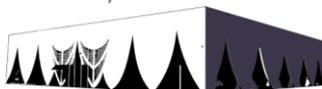
O general-ministro da Educação, Ney Braga, através de mensagem ao Conselho Federal de Educação (CFE), incorporou algumas críticas aos setores mais brandos do Ministério da Educação. O CFE, atendeu a ordem do ministro e



fez uma “reinterpretação” da Lei nº 5.692/1971. Destarte, um parecer do conselho manteve o ideal do Ensino Profissionalizante e reorganizou o seu conteúdo, permitindo aumentar a carga horária das disciplinas de caráter geral. Nesse redimensionamento, passou-se a reconhecer que há disciplinas da parte de educação geral, que podem ser consideradas instrumentais para uma habilitação profissional, sendo parte da formação especial. Em contrapartida, essa meia profissionalização não agradou a ninguém, a não ser aos membros do CFE e as resistências continuaram (CUNHA, 2014; ROMANELLI, 2014).

A partir de estudos promovidos pelo Ministério da Educação, juntamente com universidades, o governo enviou ao Congresso um Projeto de Lei, ao ser aprovado, alterou profundamente a Lei nº 5.692/1971. Pela Lei nº 7.044/1982, a qualificação para o trabalho foi substituída pela preparação para o trabalho, um texto sem muita definição, que mantém o Ensino Profissionalizante, mas permite adaptações. Conforme Cunha e Góes (1985, p. 71, grifos dos autores): “[...] A lei da reforma da reforma, retirou de uma vez por todas, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau, mesmo a tal habilitação básica. Agora, o ensino de 2º grau *poderá ensejar* habilitação profissional”.

Consequentemente, as escolas públicas de 2º Grau foram desorganizadas, com um currículo contendo disciplinas sobrepostas, onde se aglutinava as concepções positivistas do CFE, com os interesses da ocasião, a exemplo da disciplina Moral e Cívica. Pode-se afirmar, que a política de profissionalização universal e compulsória no Ensino de 2º Grau foi um fracasso. O golpe de 1964, encontrou vivas as ideias autoritárias do Estado Novo. Aliado a isso estava a ideia de trabalhar nos educandos o amor à pátria, o respeito às instituições, o fortalecimento da família, a obediência à Lei, a fidelidade ao trabalho, para que todos sejam solidários, sinceros e cumpram seus deveres. Importante destacar que o povo resistia a essas ideias abstratas, em que se percebiam vítimas de uma



exploração econômica e de uma forte repressão política que assolava o país (CUNHA, 2014).

Cunha e Góes (1985) concluem, apontando medidas a fim de reverter o golpe na educação, sendo: a gratuidade do ensino público em todos os níveis; a dotação automática de recursos para o ensino; os recursos públicos destinados ao ensino devem ser aplicados nas escolas e universidades públicas; a nova Constituição deverá manter o encargo das empresas com o Ensino de 1º Grau; a nova LDB deve resultar de um profundo debate nacional envolvendo os principais interessados nas diretrizes e bases, ou seja, o povo brasileiro; deve rever as atribuições e a composição do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação; oferecer atenção especial ao atendimento de crianças de zero a seis anos; construir uma escola unitária de caráter nacional, de modo que todo brasileiro tenha uma formação básica comum; determinar a descentralização administrativa dos sistemas educacionais; estabelecer caminhos para a democratização da gestão do ensino público; e priorizar a valorização do magistério.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesse texto, o nosso objetivo foi apresentar a obra “O golpe na Educação”, considerando a relevância dessa discussão para a História, e especialmente para a História da Educação. Inferimos, que durante o contexto da Ditadura Militar, houve uma vinculação da educação pública, aos interesses e necessidades do mercado que encontrou eco na Reforma Universitária e na implantação universal e compulsória do Ensino Profissionalizante. Neste sentido, há o estreitamento da relação do Brasil com os Estados Unidos, celebrando acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação da USAID.



Como vimos, durante os anos de 1960, a sociedade brasileira viveu um momento de grande efervescência, em que a articulação entre empresários e militares conduziu ao golpe militar em 1º de abril de 1964. Diante do exposto, constatamos: a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado; favorecimento da privatização do ensino; presença dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, na educação; estreitamento da relação com os Estados Unidos por meio dos acordos MEC/USAID; Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/1968); Lei nº 5.692/1971, que atribui o caráter universal e compulsório profissional ao Ensino de 2º Grau.

Por tudo isso, inferimos que o manuscrito, aponta a Ditadura Militar no Brasil, como um período marcado por transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e consideravelmente, por lutas e repressão. No âmago deste regime opressor, a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outras. Fica-nos evidente, que o Brasil, tem um itinerário de dificuldades no campo educativo, e ainda hoje enfrenta vários problemas que vêm sendo combatidos ao longo dos anos, ao passo que visualizamos, por parte da sociedade atual, uma romantização da Ditadura Militar no Brasil.

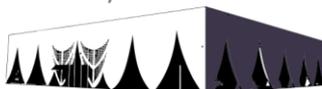
Como vimos ao longo do trabalho, no contexto da Ditadura Militar, tínhamos um país atrasado, com alta prevalência de miséria e fome e com baixos índices de desenvolvimento social. Daí a atualidade da obra, apresentada justamente por tratar desse período da história com uma memória crítica do período autoritário e na defesa institucional da democracia.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano.** 1979. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.



- BUARQUE, C. **Roda Viva** (1967). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/45167/>. Acesso em: 15 de abr. 2021.
- CAVALCANTI, E. A. G. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. **Quipus**, Natal, ano 1, n. 70, p. 41-56, jun./nov. 2012.
- ClAVATTA, M; REIS, R. O passado escravista no presente: a sociologia histórica de Luiz Antônio Cunha. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 70, p. 70-86, dez. 2016. ISSN: 1676-2584
- CUNHA, L. A. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, Maranhão, v. 44, n. 154, p. 912-933, out./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053142913>. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/>. Acesso em: 01 de maio. 2019.
- CUNHA, L. A; GÓES, M. de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- LUCHESE, T. Â. In(ter)venções: a história da educação como campo disciplinar e de pesquisa. In: ALVES, L. A; PINTASSILGO, J. (COORD.). **Investigar, intervir e preservar em História da Educação**. Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, espaço e memória’ / HISTEDUP - Associação de História da Educação de Portugal, 2017, p. 113-130.
- MINTO, L.W. Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 54, p. 242-262, dez. 2013. ISSN: 1676-2584 247
- RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014 (Coleção formação pedagógica, v. 5). *E-book*.
- ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SANFELICE, J. L. O Estado e a política educacional no regime militar. In: SAVIANI, D. (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, Vitória: EDUFES, vol. 02, 2010, p. 317-342.



SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 15 de set. 2019.

SAVIANI, D. Sociologia e história da educação: aspectos da trajetória de um cientista militante. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 264-281, ago./dez. 2013.

Recebido em: 04/03/2022

Aceito em: 12/08/2022

